

Distr.
RESTRITA

E/CEPAL/PROY.6/R.17
20 de outubro de 1981

ORIGINAL: PORTUGUÊS

C E P A L

Comissão Econômica para a América Latina

Seminário Regional Expansão da Fronteira Agrícola e Meio Ambiente na América Latina, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e pelo Departamento de Economia da Universidade de Brasília, com a colaboração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, e do Ministério do Interior, através de suas Secretaria Geral e Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)

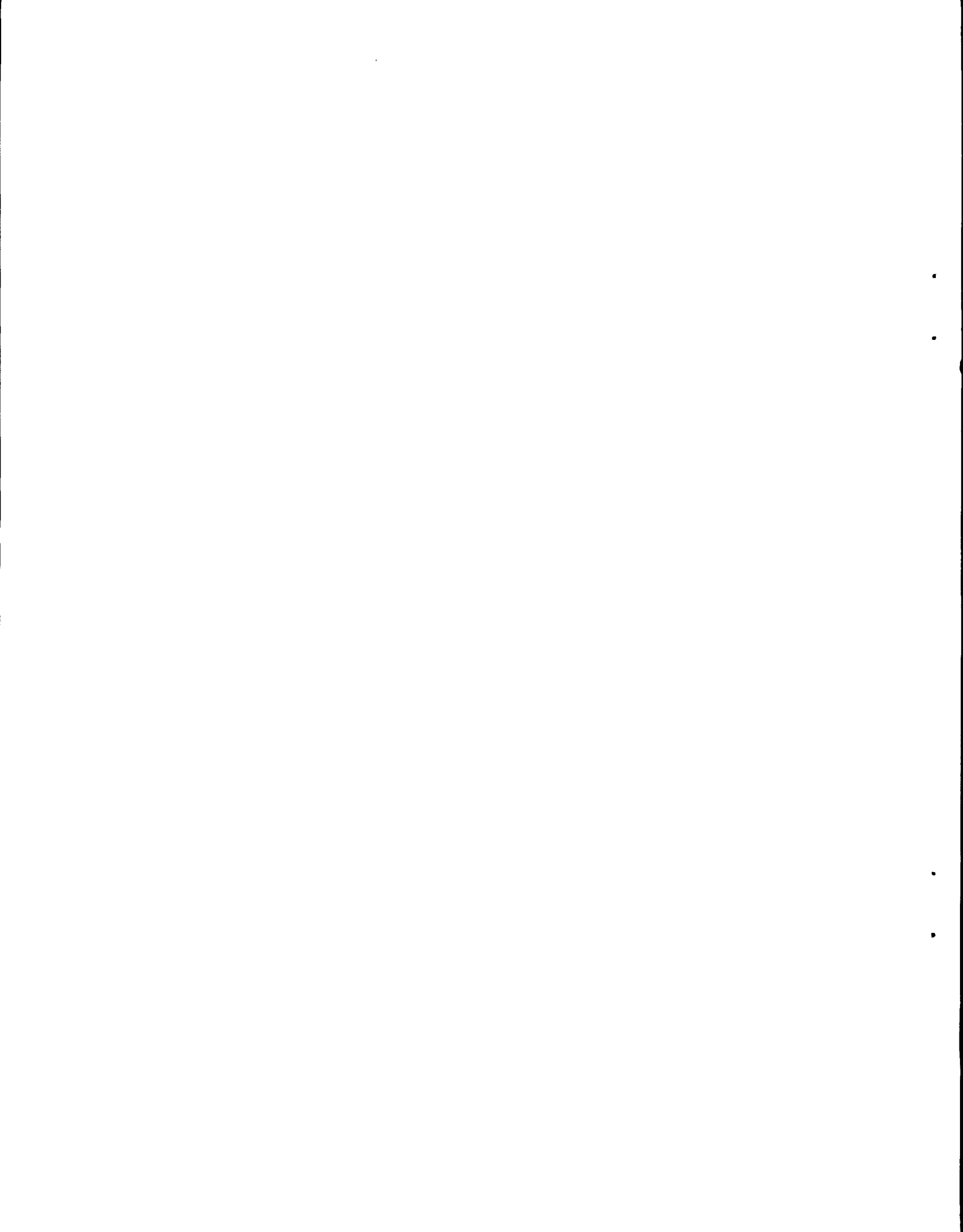
Brasília, Brasil, 10 a 13 de novembro de 1981

A UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO E O CAPITAL:
O CASO DE RONDÔNIA

Átila Calvente
(Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico Tecnológico - CNPq)

Este estudo é parte do Projeto CEPAL/PNUMA sobre "Cooperação Horizontal na América Latina em Matéria de Estilos de Desenvolvimento e Meio Ambiente" adscrito a Unidade de Desenvolvimento e Meio Ambiente da CEPAL. As opiniões expressas no trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor e podem não coincidir com as das instituições organizadoras do Seminário.

81-12-2607



A UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO E O CAPITAL

O CASO DE RONDÔNIA*

ÁTILA TORRES CALVENTE

*Agradeço aos professores Lauro Campos, Joaquim de Andrade e Charles Mueller, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, pelos comentários e críticas de uma versão preliminar deste trabalho. Também agradeço a Paulo de Gões Filho do CNPq por diversas sugestões ao texto e a Marcelo Gatti pelo trabalho de dactilografia.

•

•

•

•

INTRODUÇÃO

As estratégias e objetivos dos últimos planos de desenvolvimento do Governo Federal têm deixado explícito o interesse pela ocupação e aproveitamento dos recursos naturais da região amazônica. Além disso foi planejada maior integração entre as regiões do País visando a associação de fatores abundantes com a reorientação de fluxos migratórios.

Este trabalho situa-se numa perspectiva de análise do papel que as populações migrantes tendem a desempenhar no quadro geral da economia brasileira. Optamos por uma reflexão sobre as particularidades do processo de colonização agrícola do Território de Rondônia nos últimos anos, pela sua importância atual e futura no cenário brasileiro.

No período 1970/1980 observou-se intenso fluxo migratório de famílias do meio rural, provenientes da região sudeste e sul do País à busca de terra em projetos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As pesquisas de campo realizadas pelo autor em Rondônia revelaram que as famílias migrantes vieram, na sua grande maioria, dos estados do Paraná, Mato Grosso, Espírito Santo e Minas Gerais. Vários fatores são responsáveis por esses deslocamentos, dentre os quais cabe ressaltar nas regiões de origem, a mecanização agrícola, o aumento das áreas para pastagens, a proliferação do minifúndio, más condições climáticas e, em Rondônia os estímulos governamentais de acesso à terra própria.

Até o final de 1981 estima-se que aproximadamente 59.000 famílias estarão assentadas nos diversos projetos de colonização criados desde o ano de 1970 no Território de Rondônia. Incluem-se nessa estimativa as famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária posteriores às posses de fato e esquemas de assentamento rápido promovidos pelo INCRA.

Cada família passa a constituir uma unidade familiar de produção agrícola (U.F.P.) e, pela própria natureza e intensi

dade do fluxo migrat6rio para Rond6nia, representa um elemento relevante dentro do contexto econ6mico e social regional.

Marco Te6rico

De acordo com Marx a forma elementar de riqueza na sociedade capitalista 6 a mercadoria. Seja qual for sua natureza se manifesta sob o duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca. O valor de uso se traduz na satisfa76o concreta das necessidades do ser humano. Na sociedade capitalista os valores de uso s6o, ao mesmo tempo, os veiculos materiais do valor de troca. O valor de uso 6 objeto de investiga76o econ6mica quando 6 base material do valor de troca. A id6ia de valor de troca encerra uma rela76o entre quantidades em que os valores de uso s6o permut6veis. Assim, um valor de uso se manifesta como valor de troca, quando pode expressar-se em uma quantidade determinada de outros valores de uso. O car6ter determinado comum que se manifesta nos valores de uso e que os caracteriza como valor de troca 6 o trabalho humano. A propor76o de equival6ncia entre as mercadorias, ou seja, sua quantifica76o como valor de troca 6 possivel pela mesma magnitude que todas encerram, num dado est6gio de desenvolvimento da ci6ncia e da tecnologia e num dado tempo de uma sociedade especifca. O que determina a grandeza do valor 6, portanto, o tempo de trabalho humano homogeneizado, social, n6o individualizado e sempre relativo a uma determinada sociedade. O tempo de trabalho 6 a express6o viva realizada nos valores de uso das mercadorias, o que torna possivel a quantifica76o do valor de troca especifco que aquelas assumem. Assim, podemos encontrar diferentes quantidades de valores de uso, portadores de id6nticas magnitudes de tempo de trabalho, equivalentes entre si. Ou seja, que incorporam um mesmo n6mero de horas de trabalho para sua produ76o (MARX, 1946:40).

O dinheiro assume a forma de equivalente geral, adquirindo uma condição unitária de equivalente para todas as mercadorias. O dinheiro desempenha um papel específico, com uma função social definida e determinada, ou seja, forma direta de permutabilidade geral de mercadorias. Antes das mercadorias se realizarem como valores de uso têm que se realizar como valores. Têm de mudar de mãos. É intrínseco ao modo de produção capitalista o fato das coisas serem produzidas para o mercado. O dinheiro é utilizado na troca e serve para equiparar os diferentes produtos do trabalho. É importante ressaltar que essa característica do modo de produção capitalista é que obscurece as contradições nas relações sociais de produção e a verdadeira origem do valor excedente de produção. O dinheiro, como forma de expressão de valor, como equivalente geral, leva os economistas neoclássicos a atribuírem e determinarem a magnitude do valor, conforme a participação dos fatores de produção no processo produtivo. Não se discute o que é fator de produção mas se assume sua existência e, pelo fato dessa existência, atribui-se uma remuneração a cada fator pela sua participação no processo de produção.

O preço como manifestação do valor de troca funciona como mecanismo de compra das mercadorias em geral. A força de trabalho, também tem seu preço - o salário. O capitalista compra o valor de uso da força de trabalho que viabiliza a transformação de outras mercadorias e, que se manifesta na própria jornada de trabalho durante o processo produtivo. Ocorre contudo que, findo o processo produtivo, o valor de troca global transformado é superior aos valores de uso que o salário normalmente pode comprar. Verifica-se assim uma troca de desiguais, em que o capitalista se apropria de uma parcela de valor gerada pelo próprio movimento de transformação daquela mercadoria especial - a força de trabalho.

"A possibilidade de divergência quantitativa en

tre preço e magnitude de valor ou do afastamento do preço da magnitude de valor, é assim, inerente à própria forma preço. Isto não constitui um defeito dela mas torna a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor através de média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente" (MARX, 1975:115).

Na medida em que a forma preço aparece como valor de troca, expressando a noção de equivalente geral, constitui-se na unidade que encobre as relações sociais da produção. Diferentemente da produção feudal, em que o nível de intensidade da corvêia denota o trabalho gratuito do servo ao senhor, o modo de produção capitalista o obscurece. A forma preço dá a aparência de que o elemento formador do lucro encontra-se no comércio. Como que se o lucro viesse do ato da compra e da venda de mercadorias. Compra-se barato e vende-se mais caro. A inconsistência se verifica exatamente porque a produção capitalista é um processo social amplo, especializado e, como tal, diferentemente da produção feudal não mostra claramente as condições do trabalho excedente gerado na produção. A forma preço é, como que, a unidade dessa inconsistência. A realização de lucro no comércio, onde o diferencial de preços se confunde com diferencia de valores, confere à forma preço, como equivalente geral de troca, a unidade de sua aparência. Isto porque a forma preço em dinheiro não tem correspondência real de valor de uso. Ela contida em si mesma é irreal. Ela se atribui como equivalente geral de troca no processo histórico do modo de produção capitalista. E isso se dá exatamente porque é da natureza do modo de produção capitalista a mercadoria não servir para o consumo imediato mas, se produzida para um mercado, para depois de circular constituir valor de uso.

O raciocínio expresso anteriormente facilita o entendimento das condições de troca em que se situa a unidade familiar de produção. Como veremos adiante, a U.F.P. produz valores de uso e consome diretamente uma parte deles. Leva outra parte ao mercado e troca por dinheiro que, teoricamente é utilizado para repor seus meios de produção e comprar no mercado outros bens que não produz diretamente no âmbito da U.F.P. Devemos dizer que nossa perspectiva de análise enxerga a U.F.P. como parte dependente e integrante do modo de produção capitalista, dentro de seu próprio contexto histórico social e político.

Este relacionamento de dependência é mais fácil de ser visto na análise da ação do capital comercial. Este capital é o elemento de contato mais direto com a U.F.P. e funciona como uma "ponte" de ligação e transferência de riqueza gerada pela força de trabalho familiar à sociedade capitalista como um todo.

Essa questão nos parece relevante para que possamos entender que o capital comercial local, aquele que se relaciona diretamente com a U.F.P., detém certa autonomia de atuação, mas, ainda assim, nada mais é do que o prolongamento das condições de expansão do capital de uma maneira geral.

O instrumento que existe na sociedade capitalista para realizar o "confisco" de valor gerado no âmbito da produção da U.F.P. se manifesta através de autonomia que o capital comercial pode assumir em condições variadas. Na situação de produção na fronteira agrícola, como veremos mais adiante, o capital comercial atua mais amplamente adquirindo produtos da U.F.P. a preços baixos e vendendo produtos da sociedade capitalista como um todo, a preços relativamente mais elevados. Na qualidade de capitalista, o comerciante local aparece no mercado com certa soma de capital em dinheiro e transforma essa soma inicial em soma maior. Faz isso comprando cada unidade

de produto por um determinado preço e revendendo por preço superior.

A importância do capital comercial no momento inicial de ocupação da fronteira agrícola não pode ser confundida com sua importância dentro da sociedade capitalista como um todo. Considerando-se o processo de reprodução do capital da sociedade, o capital comercial se constitui tão somente uma atividade marginal, do ponto de vista da totalidade do processo de expansão do capital em geral.

A lógica interna de produção da unidade familiar não se orienta segundo categorias capitalistas. O custo de reprodução da força de trabalho é bem mais baixo do que o mesmo custo da força de trabalho vinculada ao capital industrial. Enquanto, basicamente todos os bens e serviços necessários à reprodução da U.F.P. não capitalista é resultado de um processo de trabalho e transformação econômica endógeno, os bens e serviços necessários à reprodução do trabalhador industrial assalariado é resultado de um processo de trabalho e transformação que transcende seu próprio controle direto-exógeno.

A construção de abrigos e habitação assim como a produção de alimentos essenciais é gerada de forma substancial pela U.F.P. não capitalista, dentro de sua própria parcela de terra, com muito pouca ou quase nenhuma dependência de insumos provenientes do mercado. A madeira e as sementes para produção dos alimentos combinam-se com o próprio trabalho familiar garantindo a subsistência básica da família não capitalista. Os custos de transporte de locomoção da força de trabalho para o local de trabalho não existem, porque a produção é realizada em torno da própria moradia. Os custos de transporte dos insumos utilizados no processo produtivo também não existem porque os próprios insumos caracterizam-se por serem valores de uso produzidos no próprio local da produção. Os custos de armazenamento e controle contábil também não exis-

tem porque os insumos são guardados naturalmente. O componente lucro médio, do preço de produção dos insumos também não existe porque para a formação não capitalista não faz sentido cobrar um lucro do seu próprio trabalho. O capital fixo utilizado no processo produtivo é mínimo. De outra forma o custo de reprodução da força de trabalho assalariada do meio urbano, que evidentemente não dispõe de terra nem meios de produção, é bem mais elevado. O acesso à habitação e alimentos essenciais à subsistência da família e do trabalhador dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho por um salário. Este salário, na forma de dinheiro, é a única condição objetiva importante, intermediária, ao provimento de mercadorias específicas e necessárias à reprodução da força de trabalho industrial. Os custos de transporte são variáveis, mas, ocorrem substancialmente na locomoção diária do trabalhador, da moradia ao local de trabalho e vice-versa. Os custos de transporte agravam as mercadorias que o trabalhador adquire no mercado. Na medida em que todas estas mercadorias provêm de um sistema predominantemente capitalista, seus preços de produção contêm o lucro médio, o desgaste e a manutenção do capital fixo e os custos e remuneração de outros capitalistas vinculados ao processo de produção e circulação de mercadorias.

Essencialmente, o custo de reprodução da força de trabalho familiar não capitalista é — repetimos — em qualquer situação, menor do que o custo de reprodução da força de trabalho assalariada industrial. Evidentemente que o raciocínio não é tão simples. Assim pois, a degradação dos recursos naturais, explorados pela U.F.P. não capitalista gera uma destruição ampla do meio ambiente e dilapida o patrimônio da família e do País no longo prazo. Isto também não significa dizer que a produção organizada de maneira capitalista, necessariamente, inclua no seu preço de produção os custos de recomposição, reposição ou recuperação do meio ambiente degradado. Sabemos

que isto não ocorre em vários países do mundo.

De uma forma geral na produção organizada em bases capitalistas, o proprietário dos meios de produção e o trabalhador tornam-se duas pessoas distintas. O capitalista compra não só as matérias primas e os instrumentos de trabalho, como também, a própria força de trabalho do trabalhador. A produção das mercadorias custa essencialmente dinheiro para o capitalista. Porém, se o preço da mercadoria fosse igual à quantia que o capitalista gasta para a produção, ele não ganharia nada em vender aquela mercadoria. É evidente que a maximização do lucro é o objetivo da produção capitalista. É exatamente este lucro que faz de uma quantia de dinheiro um capital.

Dessa forma, a natureza intrínseca das mercadorias que compõem a cesta de bens de consumo do trabalhador assalariado industrial é capitalista. E por sê-la, seu preço de produção contém toda uma gama de elementos que não podemos encontrar naqueles bens que, de outra forma, são produzidos no âmbito das formações não capitalistas do meio rural.

É precisamente essa condição sub-valorizada que a produção assume nas formações não capitalistas que possibilita um processo de equiparação e apropriação de valor independente da expropriação das condições objetivas do trabalho. Tal fenômeno é revelado no processo de troca, em que o capital se guia por uma dada composição orgânica de capital e preço de produção capitalista, ao transacionar com as formações não capitalistas.

O relacionamento de dependência e subordinação das formações não capitalistas ao capital se concretizam em dois planos: o primeiro, no relacionamento direto com o capital comercial e o segundo no relacionamento indireto com o processo global de expansão do capital.

Na medida em que a organização da economia interna da

formação não capitalista não se regula pela lógica de acumulação, o cálculo do preço de produção é aleatório e nem sequer existe como estrutura básica de formação de preço no mercado. Na verdade o capital comercial supõe um equivalente em dinheiro, extremamente variável segundo as condições de momento de transação. Esse preço é aceito e assimilado pela formação não capitalista, justamente e, precisamente, porque está embutido de forma dependente ao dinheiro, como equivalente geral de troca. O dinheiro funciona como único instrumento intermediário de acesso às mercadorias provenientes do setor capitalista impostas pela necessidade, pelo hábito ou pelos padrões urbanos de propaganda.

Uma vez que o capital comercial se apropria da produção não capitalista, os produtos assumem a natureza da mercadoria, isto é, são transferidas para o ciclo capitalista. O valor que deixou de ser apropriado pela própria formação não capitalista passa a ser distribuído e circulado dentro da esfera de produção capitalista.

Vejamos a seguinte equação:

$$P = p_i + v_i$$

onde: p = preço de produção capitalista

p_i = preços variáveis obtidos pela formação não capitalista ao transacionarem com o capital comercial

v_i = residual de riqueza absorvido pelo capital industrial, bancário e comercial

Se $v_i = 0$, temos $P = p_i$, que significaria uma situação de limite em que, teoricamente o capital comercial pagaria à formação não capitalista o próprio preço de produção capitalista. Na medida em que v_i varia, podemos encontrar:

$$v_1 > v_2 > v_3 > \dots > v_i \quad (v_i \neq 0)$$

atê o limite em que $p_i = 0$, o que significaria uma transferência integral de valor da formação não capitalista para a esfera da produção capitalista.

As situações intermediárias que podemos encontrar, numa situação concreta qualquer, dependem da época em que o produto é levado ao mercado pela formação não capitalista e da capacidade diferenciada da transação desse ou daquele comerciante.

A expansão do capital industrial na economia brasileira não se processa independentemente da estrutura "tradicional" existente no meio rural. Na verdade, nem devemos falar de uma estrutura "tradicional" em oposição à "moderna", para não caracterizarmos com isso uma noção dicotômica de movimento da sociedade. As formações não capitalistas se subordinam, de maneira significativa, ao movimento de expansão do capital na economia brasileira(*). Por esta mesma razão não adotaremos a noção de condições de produção "pré-capitalistas" em oposição a condições capitalistas.

Alguns autores entendem que a própria manutenção de condições de produção tradicionais no meio rural moldam a base para a expansão de uma sociedade capitalista. "É, pois, o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos

(*) De uma forma geral isso também acontece no mundo. "As sociedades camponesas, como os Antropólogos gostam de afirmar, são sociedades parciais. Isto significa que elas estão ligadas - através de comunicações, mercados, estruturas de poder, e assim por diante - à sociedade mais ampla: a complexos regionais e nacionais, dos quais elas se diferenciam por variáveis econômicas, políticas e culturais. Exceto com relação a um número extremamente pequeno de grupos rurais primitivos e mais ou menos isolados, a maioria da população rural do mundo tem vivido por muitos séculos em algum tipo de interação sistemática não apenas com centros urbanos locais, mas também com sociedades complexas maiores" (STAVENHAGEN, R. A comunidade rural nos países subdesenvolvidos. In: SZEMRECSANY, T. e QUEDA, O. Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural, Ed. Nacional, São Paulo, 1972, p. 35.

de apoio e efetivação do mundo capitalista e urbano no País. E é justamente esse tipo de estabelecimento que o mundo urbano pretende "modernizar". Ele precisa vender mercadorias, mas precisa, igualmente, comprar barato aquilo que consome. A realização do primeiro desejo destrói as possibilidades de efetivação do segundo. Comprando barato a sua subsistência, torna-se possível manter ou ampliar o mercado constituído pela população urbana e garantir taxas satisfatórias de remuneração do capital" (MARTINS, 1975:23). Martins resume a idéia afirmando que "a viabilidade da economia nacional está na dependência direta não apenas da expropriação do proletário urbano, mas fundamentalmente da expropriação do homem rural por ele mesmo, confinado no agrarismo extensivo, produzindo excedentes, produzindo-se como capira" (MARTINS, 1975:141).

A expropriação e empobrecimento do trabalhador do meio rural contribui para seu deslocamento para a região de fronteira, reproduzindo-se no contexto de formações não capitalistas que realmente transferem riqueza, produzida pela própria força de trabalho familiar. A modernização da agricultura gera a substituição de formações não capitalistas, implantando no lugar, o próprio conjunto de relações capitalistas. Para que o homem do meio rural continue contribuindo, com a produção de elementos básicos, para a expansão do capital industrial, ele migra e se reproduz na fronteira agrícola. Nessa situação provê os alimentos essenciais para a reprodução da força de trabalho assalariada do meio urbano-industrial. "É que o crescimento de pólos "modernos", urbano-comerciais ou urbano-industriais, passam a depender, de forma permanente, da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no "campo", em direção às cidades com funções metropolitanas. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse

reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação de propulsão e de sustentação dos "pólos dinâmicos" da economia interna." (FERNANDES, 1973:135).

Configura-se assim uma dependência e subformação de formações não capitalistas ao próprio processo de expansão do capital na economia brasileira. É importante ressaltar que a reprodução das formações não capitalistas com maior intensidade na fronteira agrícola vem sendo efetivamente responsável por significativa parcela da produção de arroz no País. Nos últimos anos, os Estados do Maranhão, Mato Grosso, Goiás e agora também o sul do Pará, o sul do Amazonas, Rondônia, Acre, e, num futuro próximo, as várzeas do baixo Amazonas, contribuíram, contribuem e continuarão contribuindo para a reprodução da força de trabalho urbano-industrial.

Para dar mais consistência à análise do papel desempenhado pela U.F.P. que se instala na fronteira agrícola, podemos agora buscar elementos na realidade de Rondônia que fortaleçam os argumentos anteriormente apresentados, mesmo sabendo que atualmente a produção de Rondônia ainda é relativamente pequena.

A Unidade Familiar de Produção em Rondônia

No período 1970/1980 estima-se que a população de Rondônia tenha passado de aproximadamente 111.000 habitantes para pelo menos 500.000 habitantes. Pode-se dizer que o ano de 1970 marca o início de um novo ciclo econômico do Território, implicando de maneira considerável em transformações da realidade agrária. A implantação de projetos integrados de colonização (PICs) pelo INCRA contribuiu para a profunda alteração do quadro econômico e social de Rondônia. Essa questão por si só merece ser abordada e caracterizada com a finalidade de fortalecer as afirmativas apresentadas anteriormente na discussão teórica. Permite, por outro lado, novas indagações

na medida em que se apoia na análise de uma situação concreta que terá cada vez mais importância no contexto brasileiro, sobretudo numa situação em que o fluxo migratório tende, pouco a pouco, a encontrar uma fronteira de terras fechada. Essa situação, provavelmente, estimulará a ocupação de outras regiões na Amazônia com grandes reflexos sobre o meio ambiente no longo prazo.

O ritmo de migração para Rondônia pode ser visualizado no quadro 1 seguinte, que mostra o número de migrantes para Rondônia. O objetivo de grande parte dessas pessoas está na obtenção de um lote de terra em algum dos projetos de colonização. Esses projetos, iniciados no ano de 1970, foram rapidamente ocupados e hoje ao longo da rodovia BR-364, praticamente não se encontram disponíveis lotes de terra para novos assentamentos de famílias que chegam ao Território, numa faixa de 80 km para cada lado da rodovia.

QUADRO 1: ESTIMATIVA DO NÚMERO DE MIGRANTES PARA RONDÔNIA

ANO	MESES												TOTAL
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
1977								1197	813	560	339	231	3140
1978	831	583	509	905	1248	1338	2217	985	1125	1543	782	542	12608
1979	780	784	934	1312	3854	6900	7856	6660	4446	4259	2984	2269	43038
1980													47900
1981													22500*

Fonte: Secretaria de Planejamento do Governo de Rondônia

*dados referentes ao período janeiro/junho. Estima-se 60 mil famílias para o ano de 1981.

Como foi constatado durante a pesquisa de campo as famílias, na sua grande maioria, tiveram experiência agrícola an

terior, pela posse de áreas de terra de no máximo 50 hectares ou trabalhando em regime de parceria ou como assalariado. As causas básicas apresentadas como responsáveis pelo fluxo migratório para Rondônia refletem a expansão capitalista no campo de forma variada. A seleção de algumas passagens de diálogos mantidos com famílias migrantes, em diversos locais e anos diferentes, ajuda a compreensão do processo de migração. Reproduzimos na íntegra alguns depoimentos que explicitam os motivos da migração tal como percebidos pelos próprios migrantes:

"Vim da Matelândia, Paraná. Trabalhava pagando renda. Depois ficou difícil conseguir serviço."

"Vim do Espírito Santo onde trabalhava na base da meia. Produzia cem sacos de café, 50 meu e cinquenta para o patrão".

"Saí do município de Dourados no Mato Grosso. A terra era pouca para uma família grande."

"Vim de Cêu Azul no Paraná. Lá nós tinha uma chácara de 4 alqueires que não era suficiente para manter a família."

"Eu saí do Espírito Santo porque as áreas de pastagem estavam aumentando, o boi rebentava a cerca e comia nossa lavoura. O boi rebenta a cerca porque o pasto é fraco. Acabamos vendendo a terra para o fazendeiro."

"Nós era 84 famílias. Trabalhava na fazenda de propriedade do prefeito de T. no Paraná. Ele tinha 2.000 hectares de soja plantada e mais 200 alqueires de mata na fazenda. Ele fez um contrato com nós de que nós derrubava o mato e plantava durante 3 anos. No final do primeiro ano, quando nós ia colher a primeira plantação ele mandou avisar que ia passar a máquina e plantar mais soja. A força e o advogado estão sempre com

ele. Nós e muitas famílias viemos para Rondônia porque fomos expulsos da terra da fazenda."

"O povo tem que sair mesmo do Paraná porque a mecanização é só para os fortes."

"Nós saímos do Espírito Santo porque nossa terra era pouca e estava ficando fraca para a família grande."

As famílias migrantes vêm sendo assentadas em projetos de colonização ou mesmo formando sua própria posse de terra. As iniciativas do Governo Federal, através do INCRA, têm sido a distribuição de lotes de 100 hectares até o ano de 1980, e mais recentemente o "assentamento rápido" em lotes de terra de 50 hectares. O quadro 2 seguinte apresenta o número de famílias assentadas nos diversos projetos de colonização de Rondônia.

QUADRO 2: NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS EM RONDÔNIA NO PERÍODO 1970-1981

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	FAMÍLIAS ASSENTADAS		
	ATÉ 1980	PREVISÃO ATÉ 1981	TOTAL
OURO PRETO	5161	-	5161
GY-PARANÁ	4649	81	4730
PAULO DE ASSIS RIBEIRO	3076	-	3076
PADRE ADOPHO ROHL	3126	336	3462
SIDNEY GIRÃO	558	80	638
MARECHAL DUTRA	4603	-	4603
BURAREIRO	1540	-	1540
ASSENTAMENTO RÁPIDO	16000	7098	23098
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	9704	3442	13146
TOTAL	48417	11037	59454

Fonte: INCRA - Coordenadoria Especial do Território de Rondônia.

O processo de produção é organizado dentro de uma lógica interna própria que garante parcialmente a subsistência da família. A força de trabalho familiar é às vezes complementada com a contratação de trabalhadores eventuais que recebem pagamento pelo dia de trabalho. Também já se verifica o regime de parceria com a moradia de uma a duas famílias na parcela de terra.

O processo de produção é baseado fundamentalmente na força de trabalho familiar e na sua capacidade de utilização dos recursos naturais disponíveis na sua própria parcela de terra. Obtivemos uma estimativa do valor monetário das construções existentes em cada parcela do PIC Gy-Paraná e calculamos o investimento médio na ordem de Cr\$35.000,00, a preços de agosto de 1979 (*). Os parceleiros entrevistados (179) que responderam à nossa indagação, fizeram questão de mostrar que os investimentos realizados consistiam essencialmente em construções rústicas para criação de animais e a guarda de mantimentos além da casa ou abrigo da família. A variação encontrada na distribuição dos investimentos situava-se na faixa entre Cr\$10.000,00 e Cr\$90.000,00. As máquinas e implementos utilizados no processo produtivo são também os mais elementares. Verificamos junto a 170 parceleiros do PIC Gy-Paraná uma média de Cr\$8.000,00 referente ao valor monetário de investimento em máquinas e equipamentos utilizados, a preços de agosto de 1979. A variação da distribuição situava-se na amplitude total de um intervalo entre Cr\$1.000,00 e Cr\$60.000,00.

A criação de pequenos animais garante uma certa dieta mínima de proteínas para reprodução da força de trabalho familiar. Em média cada família possui 10 cabeças de suínos e 60 cabeças de aves. Algumas famílias criam ainda uma média de 10 cabeças de bovinos para corte e leite.

(*) Cr\$26,67/US\$ dólar em agosto de 1979.

Para estimar a capacidade e composição da produção agrícola da U.F.P. apresentamos o quadro 3: Composição da Produção no PIC Gy-Paraná referente ao ano agrícola 1978/1979. O levantamento das mesmas informações em amostras de outros projetos de colonização em Rondônia, referente a outros anos agrícolas, também confirmaram variações mínimas na estrutura interna de produção (Ver Quadro 4 e Quadro 5, respectivamente).

QUADRO 3: COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO DO PIC GY-PARANÁ - ANO AGRÍCOLA 1978/1979

CULTURAS	FREQUÊNCIA DE PARCELEIROS	ÁREA CULTIVADA TOTAL HECTARES	PRODUÇÃO REAL EM SACOS	ÁREA MÉDIA CULTIVADA HECTARES	PRODUT. MÉDIA DO PRODUTOR	PRODUT. MÉDIA POR HECTARE
Arroz	173	678,6	15.196	3,9	87,8	22,5
Feijão	147	410,3	2.466	2,8	16,8	6,0
Milho	171	544	7.464	3,2	43,6	13,6 ⁴
Café	163	853,6	2.341 ¹	5,3	53,2	10,0 ²
Cacau	28	265	109 ³	9,5	21,8	2,2 ⁵

1 - Produção referente a 44 produtores equivalente a 2.341 sacos de 40 kg

2 - Café em início de formação

3 - Produção referente a 5 produtores equivalente a 109 arrobas de 30 kg

4 - Milho plantado no meio das linhas de café

5 - Cacau em início de formação medido em arrobas

Fonte: Pesquisa de Campo PIC Gy-Paraná - 1978/1979

QUADRO 4: COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO NO PIC DE OURO PRETO - ANO AGRÍCOLA 1976/1977

CULTURAS	FREQUÊNCIA DE PARCELEIROS	CULTIVADA TOTAL HECTARES	PRODUÇÃO REAL EM SACOS DE 60 kg	ÁREA MÉDIA CULTIVADA HECTARES	PRODUT. MÉDIA DO PRODUTOR SACO 60 kg	PRODUTIV. MÉDIA POR HECTARE
Arroz	370	2032	53527	5,5	144,7	26,3
Feijão	318	1028,9	7327	3,2	23,0	7,2
Milho	294	1157,3	32379	3,9	110,1	28,2
Café	158	412,1	761 ¹	2,6	4,8	1,8 ³
Cacau	67	591,4	950 ²	8,8	14,1	1,6 ⁴

1 - Saco de 40 kg

2 - Arroba 30 kg

3 - Café em início de formação

4 - Cacau em início de formação

Fonte: Pesquisa de Campo PIC Gy-Paraná - 1976/1977 - INCRA
Dados processados pelo autor.

QUADRO 5: COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO NO PIC DE GY-PARANÁ - ANO AGRÍCOLA 1976/1977

CULTURAS	FREQUÊNCIA DE PARCELEIROS	ÁREA CULTIVADA TOTAL HECTARES	PRODUÇÃO REAL EM SACOS DE 60 kg	ÁREA MÉDIA CULTIVADA HECTARES	PRODUTIV. MÉDIA DO PRODUTOR SACO 60 kg	PRODUTIV. MÉDIA POR HECTARE
Arroz	171	1114,0	27031	6,5	158,0	24,3
Feijão	166	758,7	6200	4,5	37,3	8,2
Milho	154	612,6	11048	3,9	71,7	18,4
Café	105	389,3	501 ¹	3,7	4,8	1 ²
Cacau	15	133,5	-	8,9	-	- ³

Fonte: Pesquisa de Campo PIC Gy-Paraná - 1976/1977 - INCRA
Dados processados pelo autor.

CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR EM RONDÔNIA

Uma parte do produto gerado no âmbito da U.F.P. é absorvido pela sociedade capitalista. Essencialmente essa parcela de produção é injetada no sistema econômico para prover a alimentação básica da força de trabalho urbano-industrial. Na medida em que o preço de primeira circulação não é definido em função de sua própria estrutura de custos, o capital comercial, bancário e industrial podem ficar com parcelas significativas de lucro e ainda, garantir a reprodução da força de trabalho na cidade. Esse processo não necessariamente nos permite inferir que a alimentação seja barata para o trabalhador do meio urbano-industrial.

Podemos mostrar que parcela significativa da produção não capitalista se destina ao mercado e, repetimos, é originária de um volume de produção maior, do qual, a diferença fica retida na própria U.F.P. para consumo da força de trabalho familiar. Na investigação realizada em Rondônia, referente ao ano agrícola 1978/1979 verificamos que um número substancial de U.F.P. tinha comercializado grande parte de seus produtos. No quadro 6 a diferença entre a produção real e a armazenada reflete o nível de produção comercializada até agosto de 1979. O número de parceleiros que acusou transações com o mercado também mostrou ser significativo. O baixo nível em relação ao cacau pode ser atribuído ao fato da cultura encontrar-se na sua fase inicial de formação. Em relação ao milho o que ocorre é a quase total absorção na própria U.F.P. como ração para aves e suínos.

QUADRO 6: COMERCIALIZAÇÃO NO PIC GY-PARANÁ - ANO AGRÍCOLA 1978/1979

CULTURAS	PRODUÇÃO		(A) Nº DE PARCELEIROS QUE JÁ TI-NHAM COMER-CIALIZADO	(B) Nº TO-TAL DE PAR-CELEIROS	(A / B) %
	REAL DE SACOS DE 60 kg	DE ARMAZENADA DE SACOS DE 60 kg			
Arroz	15196	9246	99	173	57
Feijão	2466	1595	54	147	37
Milho	7464	5083	8	171	5
Café	2341 ¹	153 ¹	41	163	25
Cacau	109 ²	16 ²	2	28	7

1 - Sacos de 40 kg

2 - Arrobas de 30 kg

Fonte: Pesquisa de Campo PIC Gy-Paraná - 1978/1979

Obtivemos um conjunto semelhante de informações para os PICs de Ouro Preto e Gy-Paraná, referentes ao ano agrícola 1976/1977. Essas informações estão nos quadros 7 e 8 seguintes acrescidas de informação sobre o volume da produção comercializada até a data de realização da pesquisa. Como se pode observar, parcelas significativas do produto e do número de parceleiros em contato com o mercado também se verificou.

QUADRO 7: COMERCIALIZAÇÃO NO PIC DE OURO PRETO - ANO AGRÍCOLA 1976/1977

CULTURAS	PRODUÇÃO REAL SA-COS DE 60 kg (A)	PRODUÇÃO COMERCIALIZADA ATÉ NOV/1977 SACOS DE 60 kg (B)	(B/A) %	Nº TOTAL DE PARCE-LEIROS (C)	Nº DE PARCE-LEIROS QUE JÁ TINHAM CO-MERCIALIZADO ATÉ NOV/77(D)	(b/c) %
Arroz	53527	36723	69	370	271	73
Feijão	7327	3227	44	318	165	52
Milho	32379	2952	9	294	45	15
Café	761	570	75	158	21	13
Cacau	950	187	20	67	9	13

Fonte: Pesquisa de Campo - 1976/1977

QUADRO 8: COMERCIALIZAÇÃO NO PIC GY-PARANÁ - ANO AGRÍCOLA 1976/1977

CULTURAS	PRODUÇÃO REAL SACOS DE 60 kg (A)	PRODUÇÃO COMER-CIALIZADA ATÉ NOV/77 SACOS DE 60 kg (B)	(B/A) %	Nº TOTAL DE PARCE-LEIROS (C)	Nº DE PARCELEI-ROS QUE JÁ TI-NHAM COMERCIALI-ZADO ATÉ NOV/77 (D)	(D/C) %
Arroz	27031	9847	36	171	107	62
Feijão	6200	1158	18	166	53	32
Milho	11048	475	4	154	19	12
Café	501	252	50	105	15	14
Cacau	-	-	-	15	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo - 1976/1977 - INCRA
Dados processados pelo autor.

Fundamentalmente o processo de comercialização se caracteriza por contatos informais entre os chefes de família e o comerciante local. A transação transforma parte do produto da U.F.P. - em dinheiro e, do lado do comerciante, capital - dinheiro em mercadoria (o comerciante é capitalista no sentido em que contrata trabalhadores assalariados no meio urbano, visa o lucro, detém capital constante, calcula o preço de compra em contraste com o preço de venda, etc - reproduz o comportamento do capital em geral). Ocorre uma diversidade de formas de transação entre o capital comercial e a U.F.P.. A compra do produto da U.F.P. pelo comerciante pode ser efetiva: antes da colheita, logo após a colheita, ou meses depois da colheita. Essas situações variam de acordo com as dificuldades financeiras da U.F.P., ou seja, dependem da maior ou menor necessidade de dinheiro em caixa para fazer face às despesas com tratamento de saúde*, roupas e utensílios em geral.

O destino da produção comprada às U.F.P.'s pelos comerciantes locais, foi identificado a partir dos dados de outra pesquisa de campo realizada diretamente junto aos cerealistas da cidade de Cacoal. O resultado dessa pesquisa específica, nos deu indicações de que a produção foi realmente exportada para mercados metropolitanos.**

(*) Esse aspecto assume particular importância dada a necessidade de dinheiro para internação e tratamento de malária. Não é pouco frequente o fato de 30% da renda monetária atual da U.F.P., ser gasta com o tratamento da malária.

(**) Realizamos essa pesquisa em duas etapas: a primeira onde submetemos um questionário simples aos comerciantes locais, indagando sobre o destino da produção adquirida, se ela era proveniente fundamentalmente das U.F.P. e os preços pagos, mês a mês, pelos produtos adquiridos da U.F.P.. A segunda onde o mesmo questionário foi aplicado pelo Engenheiro Agrônomo, responsável pelo convênio com o Instituto Brasileiro do Café, residente na cidade de Cacoal. As informações obtidas foram essencialmente as mesmas. Cabe ressaltar que a produção adquirida junto às U.F.P.'s foi revendida quase integralmente (cerca de 90%) para os grandes centros de consumo. Isso reflete a transferência de riqueza, para alimentação e reprodução da força de trabalho assalariada do meio urbano-industrial. Foram entrevistas

A forma preço no modo de produção capitalista não apresenta a mesma composição que na formação de preços da produção não capitalista. Os baixos preços recebidos pelas formações não capitalistas funcionam como mecanismo intermediário de transferência de riqueza das U.F.P.'s para o capital comercial local, e desta para a sociedade capitalista como um todo.

O dinheiro que a U.F.P. recebe por unidade de produto não se fundamenta em cálculos de custos reais de produção, não repõe no longo prazo os materiais desgastados no processo produtivo e nem permite a reprodução da força de trabalho familiar aos níveis da força de trabalho assalariada urbana. A mesma unidade de produto, equivalente ao preço de primeira circulação, sofre sucessivos acréscimos de preço até equiparar-se ao preço de produção capitalista. Nesse processo, os preços sucessivamente gerados não correspondem à incorporação substancial de valor trabalho, à exceção do transporte e do beneficiamento. Na realidade, o valor trabalho não apropriado pela U.F.P. passa por uma cadeia de outros preços e, justamente nessa seqüência, permite sua absorção pela rede de intermediários e atacadistas representantes do capital comercial. Por último, a produção não capitalista de alimentos propicia a reprodução da força de trabalho assalariada urbana, viabilizando com isso o processo de reprodução ampliada do capital.

No processo de produção agrícola o tempo de produção (t_p) é sempre maior do que o tempo de trabalho efetivo (t_t). No caso de Rondônia a U.F.P. inicia o processo de trabalho derubando a floresta para o cultivo contínuo nos dois primeiros

tados os seguintes:

a-Máquina Brasil Indústria e Comércio

b-Cerealista Diniz

c-Cerealista Djalma Danto

d-Cerealista Antônio Repizo

e-Cerealista Enoque Custódio Pinto

f-Cerealista Agrícola São Jorge

g-Máquinas Amazonas

O período de entrevistas se deu no mês de agosto de 1979.

anos. Nova derrubada é realizada considerando que o tempo de trabalho efetivo em capinas passa a ser relativamente alto a partir do cultivo no terceiro ano consecutivo, além da produtividade da terra também diminuir.

Para se ter uma idéia da interdependência da produção familiar com o sistema capitalista, cabe relacionar o processo de transformação do tempo de trabalho efetivo ao processo de primeira circulação.

Uma investigação realizada no PIC Gy-Paraná possibilitou o levantamento sistemático sobre o t_t para duas culturas, arroz e feijão referentes a 217 parceiros, situados em diferentes localidades e entrevistados em diferentes épocas. Com esses dados foi possível verificar os coeficientes de tempo de trabalho médio em todas as etapas do processo de produção do arroz e do feijão. Para simplificar a apresentação dos resultados obtidos no trabalho de campo, podemos escrever o seguinte:

$$T_t/(\text{hectare}) = 1/2 (t_{tb} + t_{td} + t_{tdes}) + t_{tp} + t_{ts} + t_{tt} + t_{tc} + t_{tbf} \quad (1)$$

Onde:

$T_t/(\text{hectare})$ - Somatório do tempo de trabalho das etapas do processo de produção de um hectare de terra.

t_{tb} - tempo de trabalho dispendido na broca de um hectare de terra.

t_{td} - idem na derrubada

t_{tdes} - idem no descoivamento

t_{tp} - idem no preparo da terra

- t_{ts} - idem na sementeira
- t_{tt} - somatório do tempo de trabalho dispendido com tratamentos culturais (basicamente capinas).
- t_{tc} - idem para a colheita
- t_{tbf} - tempo de trabalho convertido e referente ao processo de beneficiamento primeiro da produção ("bateção manual") equivalente à produtividade média verificada em um hectare de terra.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

QUADRO 9: TEMPO DE TRABALHO NA PRODUÇÃO-PIC GY-PARANÁ, RONDÔNIA, JULHO/AGOSTO DE 1979

ETAPAS DO PROCESSO DE TRABALHO	DIA/HOMEM DE TRABALHO P/HECTARE	
	PRODUÇÃO DE ARROZ	PRODUÇÃO DE FEIJÃO
Broca	1,4	1,4
Derrubada	2,2	2,2
Descoivamento	4,4	4,4
Preparo do solo	3,6	3,6
Sementeira	1,8	1,9
Tratos Culturais (capina)	5,8	8,8
Colheita	14,0	6,2
Beneficiamento	7,0	2,3
TOTAL GERAL	40,2	30,8

Amostra referente a 217 parcelheiros produtores

Fonte: Pesquisa de Campo - PIC Gy-Paraná - 1978/1979

Prosseguindo, podemos calcular o preço do trabalho na hipótese de um custo mínimo equivalente ao preço de reprodução do trabalhador volante da própria região. Simplificando, escrevemos:

$$P_{tv}(ha) = T_t(ha) \cdot P_{tv} \quad (2)$$

Onde:

$P_{tv}(ha)$ - preço de custo total do tempo de trabalho por cultivo de um hectare de terra.

P_{tv} - preço verificado equivalente a uma jornada de trabalho por etapa de produção.

Assim, podemos calcular o preço de custo do trabalho direto para produção de uma saca de 60 kg de produto:

$$C_u = \frac{P_{tv}(ha)}{P_{me}} \quad (3)$$

Onde:

C_u - preço de custo do trabalho para produção de uma saca de 60 kg

P_{me} - produtividade média verificada por hectare de terra cultivada.

Finalmente podemos calcular o preço de custo de trabalho imputado pelo custo de reprodução do assalariado volante do meio rural.

Substituindo (1) em (2) em (3), obtivemos:

Cr\$ 202,00/saco de 60kg de arroz e Cr\$590,00/saco de 60kg de feijão. Na mesma época os preços médios recebidos pela U.F.P.

foram respectivamente Cr\$130,00/saco de 60kg de arroz e Cr\$ 510,00/saco de 60kg de feijão.

Se o processo de produção de arroz e de feijão fosse conduzido em bases capitalistas, além do custo direto envolvido na contratação do trabalho assalariado, outros custos diretos e indiretos incidiriam na estrutura de custo total de produção. Basicamente podemos listar os seguintes: depreciação dos meios de produção, encargos financeiros diversos e despesas administrativas. A U.F.P., na medida em que provê sua própria alimentação e não realiza gastos monetários básicos deixa de imputá-los como custos reais de produção. Essa é exatamente a lógica da produção familiar, que por isso mesmo viabiliza a prática de preços de primeira circulação a níveis baixíssimos.

Conclusões

A intensificação e condensação do processo de trabalho, sua organização e divisão técnica, resultantes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, tornaram possível o preenchimento de intervalos de tempo de produção em diversos processos produtivos. O aumento da produtividade do trabalhador associado ao desenvolvimento de processos tecnológicos, concomitantemente à criação e diversificação de produtos, geraram uma crescente pressão sobre os recursos naturais. Hoje, no mundo, estamos observando real deterioração do meio ambiente, como também assinala-se o esgotamento progressivo de certas fontes de recursos.

Ao processo de exploração do trabalhador migrante do meio rural que vem ocupando a fronteira agrícola amazônica, em especial no caso de Rondônia, cabe associar e enfatizar os aspectos relacionados à utilização dos recursos naturais. Pa-

ra fazer isto vamos retomar a análise sobre a organização e técnica de produção familiar, situando a questão ecológica no seu devido lugar.

A U.F.P. pesquisada em Rondônia adota processos rudimentares, incorpora pouco ou nenhum insumo moderno na produção, submete-se aos sistemas de informação e comercialização e assimila uma prática de preços independente de seus custos de produção. As condições objetivas do trabalho caracterizam-se por um processo de transformação econômica endógeno e auto-suficiente, onde os meios para produzir e a própria reprodução da força de trabalho familiar dependem quase exclusivamente do processamento dos recursos naturais disponíveis. A combinação homem, instrumentos de trabalho, insumos e meio ambiente se verifica em Rondônia com a finalidade básica de provimento das condições essenciais para alimentação e moradia da família.

Na medida em que determinada parte da produção familiar se destina ao mercado, a pequena produção de Rondônia tende a contribuir cada vez mais ao processo de reprodução ampliada de capital, dinâmico por sua natureza no meio urbano-industrial. A fronteira agrícola amazônica tende a ser explorada através de situações de organização do trabalho semelhantes no Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, como resultado dos fluxos migratórios de famílias de pequenos proprietários rurais, arrendatários, posseiros e de trabalhadores do meio urbano-industrial de outras regiões do País. Todas essas frentes pioneiras de ocupação contribuem para uma acumulação primitiva contemporânea e efetivamente viabilizam a transferência de riqueza do campo para as cidades.

As migrações funcionam como "válvula de escape", resultado das dificuldades de emprego nas regiões de origem e, ao mesmo tempo, constituem núcleos de força de trabalho na fronteira agrícola para a própria expansão capitalista lá. Esta será dinamizada quando o aproveitamento dos recursos natu-

rais em larga escala se mostrar viável do ponto de vista econômico.

Ainda não existe no mundo conhecimento científico para o manejo de florestas tropicais, muito menos na região brasileira. Com raras exceções, não foram desenvolvidas experiências que garantam a exploração econômica em bases industriais que também pudessem garantir a renovação e sustentabilidade do ecossistema.

Nesse contexto, as unidades familiares de produção são vistas por muitos estudiosos como responsáveis pela destruição do meio ambiente. A questão ecológica, na verdade, assume dimensão muito maior de ordem política, econômica e social do que de simples preocupação pela preservação de algumas espécies da flora e fauna. O processo de produção familiar de Rondônia vem contribuindo com as mais elevadas taxas de desmatamento verificados na região amazônica ultimamente. Não se pode, contudo, implementar ou mesmo sugerir possíveis medidas para a racionalização do processo econômico, sem situá-lo ou dissociá-lo de todo o processo de desenvolvimento da economia nacional.

Dentro dessa ordem de idéias, possíveis soluções práticas para a utilização dos recursos naturais e contínua conservação do meio ambiente, dependem da capacidade nacional de implementar medidas concretas em diversas esferas de ação. Tais medidas estão associadas às respostas das seguintes indagações:

- Do ponto de vista político, qual a viabilidade de organização da produção em sistemas e opções de menor impacto sobre o meio ambiente?
- Do ponto de vista científico, qual a viabilidade de organização da produção para maior utilização dos recursos florestais e limnológicos, em escala compatível com a real conservação do meio ambiente? Esta questão tendo como premissa a busca de alternativas às práticas de desmatamento atualmente adotadas.

BIBLIOGRAFIA

1. AMIR, S. & VERGOPOULOS K. A Questão Agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 179 p. (Pensamento Crítico vol. 15).
2. BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/1974. Brasília, 1971, 77 p.
3. BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979). Brasília, 1974, 149 p.
4. BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo para a Amazônia, Belém, SUDAM, 1976. 100 p.
5. BENAKOUCHE, R. Acumulação mundial e dependência. Petrópolis, Vozes, 1980. 300 p.
6. BERNSTEIN, H. Notes on capital and peasantry. In: The Review of African Political Economy. London, nº 10: p. 60-73, 1977.
7. BLOCH, M. Feudal Society. London, Routledge e Kegan, 1971. p. 441/452.
8. CHAYANOV, A.V. The theory of peasant economy. Homewood Illinois, The American Economic Association, 1966. 317p.
9. DUARTE, A.C. Hierarquia de localidades centrais em áreas subpovoadas: o caso de Rondônia. In: Revista brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 39 (2): p. 135-146, abr/jun 1977.
10. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas de Rondônia. 2a. ed., Rio de Janeiro, 1977, 41p.
11. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Metodologia para programação operacional dos projetos de assentamento de agricultores. Brasília, fev. 1971. 162p.
12. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. O trabalhador volante no Estado do Paraná. Curitiba, SEPLAN/PR, 1978, 3vol.

13. MARTINS, J. de S. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975. 161 p.
14. MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 6 vol.
15. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Flama, 1946. 231 p. (Série pensamento e ação , vol. IV).
16. Formações econômicas pré-capitalistas. Porto, Escorpião, 1973, 87 p. (Cadernos o homem e a sociedade).
17. MUELLER, C. A expansão da fronteira agrícola como fonte de crescimento da agricultura no Brasil. Brasília, Departamento de Economia, Universidade de Brasília. (Trabalho apresentado na Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economia Rural, Fortaleza, 8 a 11 de agosto de 1978).
18. Recent frontier expansion in Brazil: The case of Rondônia. In: Scazzochio F. B. Land, People and Planning in Contemporary Amazonia. Cambridge, Centre of Latin American Studies, 1980. p. 141-153.
19. OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, Brasiliense, 1975. 134 p. (Seleções CEBRAP).
20. RONDÔNIA. Secretaria de Planejamento. Levantamento do Fluxo Migratório de Rondônia - 1970. Porto Velho, SEPLAN-RO, 1978, 108 p.
21. Levantamento do Fluxo Migratório de Rondônia - 1º trim. de 1979. Porto Velho, SEPLAN-RO, 1979, 166 p.
22. SZMRECSÁNYI T. & QUEDA O. (Organizadores). Vida rural e mudança social. São Paulo, Companhia Editora Nacional 1973, 293 p. (Biblioteca Universitária, série 2a., ciências sociais, vol. 46).

23. VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, DIFEL, 1976. 261 p.
24. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área de transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. 178 p.

1

2

3

4

